

DOSSIÊ PSICOLOGIA, POLÍTICA E SEXUALIDADES: CRISES, ANTAGONISMOS E AGÊNCIAS

**Criança como Método como um Recurso para Interrogar Crises,
Antagonismos e Agências**

Erica Burman*

University of Manchester, UK

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2504-5120>

RESUMO

Neste artigo, discuto as “agências” peculiares atribuídas à criança/infância sob o neoliberalismo como um sintoma de suas crises e antagonismos, com foco também nas lutas práticas e solidariedades que tais análises podem promover e oferecer. Especificamente, o tema deste dossiê se alinha com uma abordagem que denominei “Criança como método”, que analisa a dinâmica geopolítica e as interseções performadas e resistidas pelas práticas em torno das crianças e da infância. Começarei delineando pontos de partida para a discussão que se segue, tais como a relação entre a criança e o (neo)liberalismo e a criança como um local de consumo/exposição. Descrevo as maneiras pelas quais a criança, como uma cifra para o sujeito europeu do capitalismo moderno tardio, esteve alinhada com o imperialismo, o colonialismo e o capitalismo racial extrativista como uma leitura particular de “Sua Majestade, o Bebê” de Freud. Em seguida, exploro uma série de posições (inclusive afetivas) de sujeito atribuídas às crianças (que, às vezes, as próprias crianças podem ocupar) como uma expressão dos compromissos da “Criança como método” para mapear como a “criança” reflete e contribui para a dinâmica geopolítica transnacional, no serviço de identificar novas possibilidades e relações subjetivas.

Palavras-chave: colonialismo, capitalismo racial, desenvolvimento, narcisismo.

Child as Method as a Resource to Interrogate Crises, Antagonisms and Agencies

ABSTRACT

In this article, I discuss the peculiar ‘agencies’ attributed to the child/childhood under neoliberalism as a symptom of its crises and antagonisms, with a focus also on practical struggles and solidarities such analyses might promote/afford. Specifically, the theme of this Special Issue aligns with an approach I have named ‘Child as method’, which analyses the geopolitical dynamics and intersections performed and resisted by practices around children and childhood. I will start by outlining key starting points for the discussion that follows, such as the relation between the child and (neo)liberalism, and the child as a site of consumption/display. I outline the ways the child, as a cypher for the modern late capitalist European subject, has been aligned with imperialism, colonialism and extractive racial capitalism as a particular reading of Freud’s ‘His Majesty the Baby’. Following this, I explore a range of subject (including affective) positions accorded children (which children themselves may sometimes occupy), as an expression of Child as Method’s commitments to map how ‘child’ reflects and contributes to transnational geopolitical dynamics, in the service of identifying new subjective possibilities and relations.

Keywords: colonialism, racial capitalism, development, narcissism.

El Niño como Método como Recurso para Interrogar las Crisis, los Antagonismos y las Agencias

RESUMEN

En este artículo, discuto las peculiares "agencias" atribuidas al niño/la infancia en el marco del neoliberalismo como síntoma de sus crisis y antagonismos, centrándome también en las luchas y solidaridades prácticas que tales análisis podrían promover/permitir. En concreto, el tema de este número especial se ajusta a un enfoque que he denominado "El niño como método", que analiza específicamente las dinámicas y intersecciones geopolíticas realizadas y resistidas por las prácticas en torno a los niños y la infancia. Comenzaré esbozando puntos de partida clave para el debate que sigue, como la relación entre el niño y el (neo)liberalismo, y el niño como lugar de consumo/exhibición. Describo las formas en que el niño, como una cifra para el sujeto europeo del capitalismo tardío moderno, ha sido alineado con el imperialismo, el colonialismo y el capitalismo racial extractivo como una lectura particular de 'Su Majestad el Bebé' de Freud. A continuación, exploro una variedad de posiciones de sujeto (incluidas las afectivas) otorgadas a los niños (que los propios niños a veces pueden ocupar), como una expresión de los compromisos de Child as Method para mapear cómo el 'niño' refleja y contribuye a la dinámica geopolítica transnacional, al servicio de identificar nuevas posibilidades y relaciones subjetivas.

Palabras clave: colonialismo, capitalismo racial, desarrollo, narcisismo.

A Relação entre a Criança e o Liberalismo ¹

Em primeiro lugar, quero abordar a relação entre as concepções de criança e o liberalismo. O aumento do interesse pela infância coincide histórica e culturalmente com a formulação do eu individual com a interioridade. Como Steedman (1995) destaca, o alinhamento da postura afetiva – que atualmente tem sido tomada como dada – em relação às crianças e à infância, como indicadores de nosso eu perdido/melhor, surge no contexto cultural-político particular em que a biologia e a psicanálise estavam sendo formuladas (desde a Europa do século XVIII), separadamente e também em relação uma à outra. Neste ponto, entende-se que a psicanálise se preocupa com o passado voltado para dentro, para o interior do sujeito, e que a biologia esteja alinhada com o projeto heteropatriarcal e colonial de dominar a “natureza” e de gerar correspondentemente “hierarquias naturais”, como McClintock (1995) destacou inicialmente (ver também Cannella & Viruru, 2004; Taylor, 2013).

Este eu com o qual a criança está alinhada, ou mesmo – como escreve Steedman (1995) – que personifica, é, certamente, também o eu imperial – tanto no sentido que Freud (2010) escreveu sobre o narcisismo do sujeito como “Sua Majestade o Bebê”, quanto no da co-constituição da modernidade, que poderia ser melhor chamada de capitalismo racial (Bhattacharyya, 2018), com o colonialismo. Muitas historiadoras feministas e outros/as teóricos/as anticoloniais destacaram como a família heteropatriarcal, do pai governando benignamente sua esposa e seus/suas filhos/as, não apenas espelhava, mas também fazia parte da racionalidade do domínio colonial paternalista, incluindo tanto a ocupação como a exploração de trabalho e recursos (Lugones, 2010; Vergès, 2021).

A Criança e o Neoliberalismo

O neoliberalismo é, certamente, apenas uma reviravolta posterior no capitalismo, embora intensifique e talvez altere alguns de seus pontos de ênfase. Em relação à regulação das crianças e da infância, as agendas modernistas de vigilância e de “pegá-los/as jovens” são ampliadas em preocupações com maximização e otimização. Longe de ser indefesa ou incompetente e, portanto, dependente dos outros – seja do Estado ou do seu “ambiente” sociopolítico e interpessoal mais íntimo –, agora a criança é “inteligente”, bem equipada e ativa (Millei, 2011). Isto reflete a mudança de uma abordagem do Estado social de prestação

de serviços e apoio (se é que este já existiu) para um modelo de investimento social onde o indivíduo conquista o direito a eles – se é que tais direitos existem de fato (Moss, 2014).

A criança surge, portanto, como o sujeito “ágil” por excelência do neoliberalismo, ou do que melhor poderia ser chamado de capitalismo tardio; flexível e adaptável, e – talvez especialmente – como um estado temporário (ver também Vassallo, 2021). (Afinal, as baixas taxas de remuneração do trabalho infantil têm sido justificadas há muito tempo em virtude de serem consideradas tanto “treinamento educacional” quanto limitadas no tempo, não obstante seu caráter social e frequentemente necessário do ponto de vista econômico). Isto me leva ao próximo ponto.

A Criança como um Local de Consumo/Exibição

Uma terceira posição a ser explorada é como a criança é também um local de exibição e consumo; ou seja, como ela é simultaneamente objeto e sujeito nessas relações capitalistas. Isto traz à tona o papel da criança dentro do capitalismo afetivo, que é uma modalidade particular do neoliberalismo (ainda que às vezes, de maneira bastante confusa, chamada de “capitalismo cognitivo”). Como as discussões sobre “trabalho emocional” destacam, o neoliberalismo é marcado pelo distanciamento da produção industrial em direção ao setor de serviços, com a mudança para o trabalho em e com relacionamentos, em vez de “*commodities*” mais diretamente materiais. Claramente, porém, como as indústrias de *marketing* e publicidade bem sabem, as relações, nossas relações com os/as outros/as e com as coisas, são materialmente importantes – no sentido de fazerem dinheiro. Assim, nossos sentimentos e nossas relações, “autenticamente” experimentados como podem ser, são ainda outros locais para exploração econômica. O capitalismo tardio é uma questão psicossocial, psicoafetiva.

As crianças não são exceção nesse ponto. Como objetos de exibição, as roupas e os pertences das crianças formam agora uma tela-chave em que a classe e o privilégio cultural são inscritos e demonstrados. Mais ainda, mobilizando o discurso do investimento social – por parte do Estado e dos/as responsáveis –, o corpo e as atividades das crianças formam um local-chave para esses eixos. Talvez o “ginásio do cérebro” tenha substituído, ou melhor, complementado (e agora precede) as aulas de piano na exibição das realizações e habilidades das crianças de classe média ou alta, em que suas performances são um indicativo do *status* de classe. Certamente, as crianças não escapam do recrutamento para tais práticas de consumo e ativação. Na verdade, estas talvez funcionem como uma das poucas saídas culturalmente

permitidas para a auto-expressão limitada das crianças. Vários/as comentadores/as também notaram como crianças, especialmente meninas, foram catapultadas para a fama e a fortuna através de suas atividades de compras e aliciamento *on-line* (Gill-Peterson, 2015). Elas podem ser “influenciadoras” nos novos mercados jovens em expansão de forma tentadora, mas também estão sujeitas às influências que divulgam.

Como ilustração central da co-constituição relacional de posições em torno e através da criança/infância, há a subjetivação dos pais, como também as outras indústrias de profissionais (incluindo, é claro, psicólogos). Por exemplo, fui recentemente entrevistada por uma mãe baseada nos EUA que hospeda um site de educação de responsáveis chamado “*Your parenting mojo*”^{2 3}. Como discuti com ela, o que o nome de seu site destaca é como a atividade de parentalidade não é mais apenas uma ocupação ou uma questão de trabalho. Antes, o que isto indica é como existem imperativos subjetivos adicionais para desfrutar e continuar desfrutando deste trabalho. É preciso não apenas cuidar e cuidar bem, mas também fazê-lo com criatividade e carisma. Curiosamente, muitos/as psicólogos/as e conselhos psicológicos são mobilizados no site para apoiar esta visão (naturalmente, a “proprietária” do site também tem uma formação em psicologia infantil). O trabalho dos pais se estendeu sob o neoliberalismo, portanto, além da proteção e da provisão, e até mesmo da educação para a cidadania democrática, na linha que os estudos da personalidade autoritária de Adorno et al. propuseram como caracterização da condição pós Segunda Guerra Mundial (ver Walkerdine & Lucey, 1989). Agora, as expressões de envolvimento dos/as responsáveis são contínuas e requerem monitoramento e atualização também contínuos. Afinal, as Experiências Adversas da Infância estão proliferando e seu poder explicativo para responder por todos os males sociais posteriores parece ilimitado (Edwards et al., 2019). No mínimo, isso promove uma miniaturização conveniente do social na família que apaga os contextos sócio-políticos nos quais as famílias e comunidades vivem e lutam para prosperar e sobreviver (White et al., 2019; Edwards et al., 2016).

Para resumir meu argumento até aqui, estou sugerindo que, de certa forma, a posição da criança explicita o mau negócio oferecido a sujeitos (neo)liberais: proteção sem direitos; “vulnerabilidade” sem apoio/cuidado, defesa ou representação. Além disso, em termos do papel da psicologia, sua crescente popularidade e inscrição na política social destaca sua função como ferramenta de gestão e autogestão, bem como (imperativos para o) auto “cuidado”.

Tendo delineado estes pontos de partida, quero agora aprofundar a dinâmica da representação e, em particular, a da “proteção” ao redor das crianças. Mais especificamente, interrogar quem está protegendo o quê, e quem.

Além do Eu Imperial (“Sua Majestade, o Bebê”)

Em seu artigo “Sobre o narcisismo” de 1914, Freud (2010) escreve sobre o narcisismo como parte de uma estrutura afetiva que tenta recapturar a suposta (reconstruída, recolhida) fantasia da infância idealizada. Neste relato bem conhecido, ele escreve:

As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente açoitada pela realidade, a segurança é obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora. (Freud, 2010, p. 25-26)

Assim, a criança funciona como o objeto narcisista (de gozo, proteção, realização) dos e para os pais, “o narcisismo dos pais nascido de novo”. Este narcisismo, certamente, não apenas é forjado a partir de respostas adultas a desejos ou desafios não atendidos, mas também carrega os traços das condições sociais em que esses desafios foram encontrados. Podemos vê-lo na elaboração de Freud das linhas heteropatriarcais de investimentos de fantasia por parte dos pais, como também em seu epíteto, “Sua Majestade, o Bebê”. Aqui deve ser observado que, como esta frase foi citada em inglês no texto alemão original de Freud, pensa-se que seja uma referência a uma “conhecida foto da Royal Academy” (como diz a nota de rodapé do Editor [da edição inglesa]) que Freud conhecia e sobre a qual escreveu em outro lugar, indicativa “da idade eduardiana, que carregava esse título e mostrava dois policiais londrinos segurando o trânsito intenso para permitir que uma babá pudesse empurrar

um carrinho de bebê até o outro lado da rua” (Nota de rodapé do Editor em Freud, 1914/1957, p. 91). Portanto, aqui está uma encenação de relações de classe e gênero, performada em ou desde um centro imperial, colonial, exemplificando uma fantasia parental de nascimento aristocraticamente elevado ou, pelo menos, designando uma para seus descendentes. Se a criança do liberalismo e, de certa forma, mais ainda a criança neoliberal, são uma expressão do eu imperial, como podemos ir além desse eu imperial? Será necessária uma reflexão deliberada para descolonizar os modelos de infância inscritos em nossos desejos, bem como em nossos livros didáticos. Deixe-me tentar desenvolver isto melhor.

Sua – Majestade? Parece que o sujeito neoliberal é feminizado, enquanto a posição androcêntrica outrora triunfal é agora apresentada como ameaçada e em perigo. Isso não significa, é claro, que o desenvolvimento se tornou subitamente pró-feminista, mas que o discurso feminista foi cooptado para servir às hegemonias capitalistas e coloniais. Em qualquer caso, poderia ser argumentado que esta masculinidade ameaçada e frágil é exatamente o que as psicanalistas feministas há muito vêm afirmando como um motor do desenvolvimento individual. Devemos continuar a perguntar: a masculinidade de quem ou qual masculinidade está sendo protegida? E que trabalho fazem tais distinções de gênero para assegurar essas subjetividades (e objetividades sociopolíticas) (ver também Lugones, 2010)?

Majestade – Este é um lembrete útil de como, como afirma Chen (2010), a desimperialização é uma parte fundamental do projeto decolonial. Isto envolve desarticular o suposto alinhamento entre o bebê, o narcisismo primário e o projeto colonial heteropatriarcal, ocidental.

...o Bebê – Aqui precisamos reconhecer que, certamente, a criança, ou o bebê, não é singular, não é “o/a” ou “um/a”. A violência epistêmica estruturada nessa abstração recapitula a violência política econômica do norte global contra o sul global.

(Minhas) Histórias de Desenvolvimento: Da Desconstrução à Pluralização e ao Diagnóstico Geopolítico

Claramente, os relatos dominantes da infância trabalharam a favor da hegemonia do norte global, retratando como geral o que são normas e condições muito particulares, se é que reais, de vida das crianças. Surge então a questão: que recursos alternativos podem ser mobilizados? Muitos autores documentaram as diversidades das infâncias vividas em todo o mundo e o desafio de fazer melhores políticas e práticas (ver, por exemplo, Imoh & Ame, 2012; Mitakidou et al., 2009; Lee & Vagle, 2010). Como parte deste projeto decolonial

(Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2007), que também deve ser um empreendimento reflexivo, gostaria de ensaiar aqui algo de minha própria trajetória intelectual ao abordar e tentar desafiar tal violência epistêmica e a supressão da diversidade feita em nome da infância e do desenvolvimento.

Primeiramente, ao formular o projeto de desconstrução da psicologia do desenvolvimento (Burman, 2017), discuti a psicologia do desenvolvimento como uma forma-chave de psicologia e seu funcionamento como uma prática indicativa da modernidade e de suas explorações e exclusões. Entretanto, achando isto um tanto estático e desatento a reformulações culturais específicas e até mesmo a resistências, o segundo passo que dei foi passar da *desconstrução* do discurso dominante do desenvolvimento para dar conta de formas e relações *diversas e plurais* de desenvolvimento (Burman, 2021), incluindo tanto as diversas ligações e disjunções entre as crianças e as políticas quanto as práticas em torno do desenvolvimento nacional, internacional e econômico. Por mais útil que esta abordagem relativizante tenha se mostrado de certa forma, como correção de um relato hegemônico demasiadamente totalizante, vi-a (em paralelo com as críticas às discussões sobre “múltiplas modernidades” de Bhambra, 2007) vulnerável à acusação de abordar insuficientemente as histórias complexas e as relações de poder que produziram desenvolvimentos tão diversos. Embora esta não seja uma agenda pequena, há agora também uma literatura importante emergindo sobre infância e nação (Millei & Imre, 2016), bem como discussões críticas em torno dos impactos de tomar a nação como a unidade de estudo transnacional, instituindo uma espécie de “nacionalismo metodológico” (Chernilo, 2008) que tanto homogeneíza as diversidades dentro do Estado-nação quanto sobrevaloriza as diferenças entre os Estados de maneiras essencialistas e inúteis, que suprimem a análise de suas interconexões.

Assim, uma terceira abordagem, atualmente em andamento, parte de uma compreensão das crianças e da infância como um local-chave para ler e agir em relação a eixos geopolíticos de poder mais amplos (Burman, 2018, 2019a, 2019b, 2019c). Esta é uma intervenção em relação aos estudos tanto da infância quanto educacionais, que também tem consequências significativas para a psicologia. Seu projeto é tanto se conectar com correntes sociais e debates políticos mais amplos como também intervir na teoria social e política para entender o quão profundamente a criança exemplifica e é uma dinâmica-chave de agência em eixos e relações mais amplos. Chamei esta perspectiva de Criança como método – ressonando com outros textos de referência em estudos culturais, como *Asia as method* (Chen, 2010), e em estudos de migração, como *Border as method* (Mezzadra & Neilson, 2013).

Meu livro *Fanon, education, action: Child as method* [Fanon, educação, ação: Criança como método] (Burman, 2019) toma os escritos de Frantz Fanon como um *corpus* de textos particularmente fecundo para ser escavado e sobre o qual refletir, graças a sua gama de representações das crianças e da infância. Como um médico conhecedor da psicanálise, Frantz Fanon deu às experiências de infância um papel formativo tanto na produção quanto na restrição das possibilidades políticas de agência dos adultos. Ele abre e fecha *Pele negra, máscaras brancas* com uma frase (que – curiosamente – ele atribui a Nietzsche, mas aparentemente é de Simone de Beauvoir): “a desgraça do homem, dizia Nietzsche, é ter sido criança” (Fanon, 1952/2020, p. 24) (a última citação é uma sutil variação: “A infelicidade do homem é ter sido criança”, Fanon, 1952/2020, p. 242). Creio que Fanon está aludindo aqui a como nossas experiências infantis de vulnerabilidade e desamparo moldam nossas respostas na vida futura e, em particular, como elas podem limitar as capacidades de receptividade e engajamento do sujeito, da mesma forma que – consistente com sua atenção psicoafetiva à materialidade e à encarnação – as condições geopolíticas afetam as subjetividades. Os escritos de Fanon, um revolucionário e médico psicanalista, indicam as agências paradoxais tanto atribuídas a quanto exercidas por crianças/pela infância. Isto se dá conjuntamente ao reconhecimento de vulnerabilidades ou limites necessários ou inevitáveis estruturados em nossas vidas por termos sido crianças; isto é, por termos tido um passado. São estas respostas às experiências históricas, sociopoliticamente situadas, encarnadas, que estabelecem a base para um compromisso de mudança, ou – alternativamente – de resistência à mudança; em termos psicanalíticos, a compulsão a repetir os erros do passado, amarrando assim o psíquico ao político.

Eu distingo quatro tipos diferentes de “criança” na escrita de Fanon. Primeiro, a **Criança “idiota”**, tomando o termo “idiota” em seu significado grego original como “separada” ou afastada do vínculo social. Lendo o influente relato de Mannoni (1969/2003) sobre o funcionamento da ideologia, em seu ensaio “*I know well but all the same*”, acompanhando das análises anticoloniais de Fanon, leio Mannoni contra a essência de sua discussão para considerar a significância do fato de que o exemplo paradigmático que ele oferece do mecanismo de recusa, ou seja, de permanecermos comprometidos/as com crenças que sabemos serem falsas, é o de mentir para as crianças. Sugiro que manter as crianças ignorantes, inocentes ou – neste sentido – “idiotas” funciona para proteger as estimadas convicções dos adultos, convicções que sabemos serem falsas, mas que, no entanto, não podemos deixar de cumprir. Isto é o que, em termos psicanalíticos, é chamado de rejeição [*disavowal*], a recusa a reconhecer uma verdade que se deixou voluntariamente de lado.

Segundo a influente análise originalmente formulada pelo psicanalista Octave Mannoni (e posteriormente popularizada por Slavoj Žižek e outros), esta é a dinâmica que sustenta o funcionamento da ideologia. Significativamente, as crianças – ou melhor, a posição da criança como destinatária – figuram no ensaio de Mannoni, e eu rastreio várias voltas e reviravoltas, assim como paradoxos, contradições e, sim, muito racismo e sexismo em sua discussão, de resto, muito prolífica. Basta dizer que o tipo de convicções que Mannoni destaca é aquele em que somos precisamente tão rápidos/as em tentar “proteger” as crianças. Estas convicções incluem mantras como: todos/as são heterossexuais, todas as crianças são felizes, Deus cuidará de todos/as nós, se você trabalhar duro, você terá o que merece etc.

Tenho me debruçado sobre esta “primeira” criança, Criança idiota, pois acho que ela captura muito claramente parte do que está em jogo na inscrição sociocultural de uma determinada – e perniciosa, mas evidentemente falsa – noção de infância. Isto ilumina ainda mais o que está em jogo na concepção do eu imperial, de Sua Majestade, o Bebê. Esta é uma noção que crianças particulares, encarnadas, históricas, cronológicas só podem falhar em exemplificar, e assim emergem como insuficientes ou deficientes, ou mesmo patológicas e não naturais (adquirindo então suas próprias feridas narcísicas em parte por causa disso, talvez). Esta análise nos ajuda a entender que é precisamente quando as pessoas parecem mais apaixonadas por, mas mais incapazes de interrogar ou explicar suas convicções profundamente arraigadas (sobre crianças e infância) que um trabalho ideológico potente está sendo feito. A ideologia atua, certamente, sobre o social na psique (e vice-versa), um assunto necessariamente coletivo e individual. Sugiro que, assim que se começa a exercer pressão sobre este compromisso com as crianças difícil de articular e, muitas vezes, sentimentalizado, outras questões centradas no adulto vêm à tona. É relevante lembrar aqui que Winnicott (1949), em seu famoso ensaio de 1949 “*Hate in the countertransference*”, mencionou especificamente o sentimentalismo como algo que não é útil para as crianças, e na verdade ele argumenta que o sentimentalismo cobre um *fracasso* de comprometimento, uma profunda *insinceridade*, a que as crianças são especialmente sensíveis, mas de que (eu sugiro) elas sofrem as consequências em uma miríade de formas políticas, culturais, institucionais e interpessoais diretas. Precisamos levar as crianças a sério e – às vezes – talvez isso signifique esquecer que elas são “crianças”.

Eu identifico três outros tipos de crianças no livro ao indicar como funciona a Criança como método. Assim, em segundo lugar, a figura da criança mais estreitamente associada à recepção dos escritos de Fanon é o menino branco que, como cifra do estado colonial francês, o nomeia como negro e objeto de medo, ou seja, o enegrece e o racializa, instituindo o trauma

da ferida racializada. Esta lesão é psíquica, chocante e transforma o sentido de si mesmo do sujeito; é também física, na sensação da “descoberta” de ter características físicas vilipendiadas, estigmatizadas, uma “descoberta” que perturba e muda horrivelmente a conexão do sujeito com seu corpo; e claramente, já que foi assim que foi iniciada, é também interpessoal e relacional: como encenada em uma cena viso-espacial. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (1952/2020) descreve a sensação de ser expulso do campo da intersubjetividade, de ser tornado uma não-pessoa.

Acho interessante que pouca atenção tem sido dada a como esta cena icônica e famosa, ou infame, de instalação traumática de injúrias racializadas foi instigada, supostamente, por uma criança. Neste sentido, chamo esta criança de **Criança traumatogênica**, a criança que institui o trauma sociopolítico e psicoafetivo da racialização. No entanto, em uma inspeção mais detalhada, não está claro se ou o quanto Fanon atribui intencionalidade direta à criança, ou mesmo à sua mãe (que tenta, sem sucesso, mitigar o insulto a Fanon). Tal ambiguidade de agência é, sugiro, um território frutífero para análise. No relato de Fanon, a criança não é nem a origem deste insulto racializado (o capítulo abre citando os mesmos insultos racializados, mas estes ainda não são atribuídos a ninguém), nem “ele” (isto é, o menino) é desresponsabilizado. Em vez disso, é o encontro com a criança que inflige o trauma da ferida racializada como o local do contínuo e recorrente racismo cotidiano. O foco de Fanon está em evocar a cadeia de associações simbólicas e a trajetória de ruminação que este encontro com o racismo estabelece, retratando uma sequência de respostas afetivas, da descrença à dor, à raiva, à tomada do manto da negritude, retornando ao encontro com raiva, pronto para retaliar.

É aqui que Fanon termina o capítulo, e é muitas vezes onde comentaristas deixam esta discussão. No entanto, ao final do livro ele desconstruiu (como diríamos agora) completamente as reivindicações de uniformidade com base na negritude para favorecer, ao invés disso, um humanismo radical que dispensa as próprias categorias de branco e negro. É claro que são necessárias mudanças radicais em favor da justiça e da transformação política para que tal projeto de transcendência de categorias racializadas seja possível. Minha análise aqui diz respeito à criança, a suas agências e às de sua mãe (que, eu sugiro, não apenas inflama o problema, mas também oferece um caminho de volta para algum tipo de relação intersubjetiva, embora estruturada em torno de Fanon, mobilizando seu sexismo para se opor a seu racismo). Por isso, procuro explorar esta cena em termos de possíveis pedagogias antirracistas e emancipatórias, bem como de suas características afetivas.

Também discuto (Burman, 2019a) dois outros tipos de “criança” que figuram no texto de Fanon, como em outros lugares. Por conta do espaço limitado, serei breve. A terceira figura, **Criança terapêutica**, aparece em um dos relatos de caso de Fanon, em seu dramático e doloroso documento sobre as consequências psicológicas da luta colonial e anticolonial em *Os condenados da terra* (Fanon, 1961/1963). Esta é a história de “B”, um taxista argelino requisitado a dirigir para a resistência argelina, cuja esposa é estuprada por militares franceses em parte para tentar forçá-la a revelar seu paradeiro. A criança que figura na narrativa é a fotografia de sua filha bebê. É o relato da resposta a esta fotografia, do homem para Fanon, que desencadeia sua história, e a narração disto para Fanon, o clínico, seu processo terapêutico. No entanto, o que também é interessante aqui é que de fato a criança não é o sujeito. Ao invés disso, a criança representa, está metonimicamente ligada a outras violências coloniais e de gênero/sexo infligidas a pais adultos que limitam suas potências atuais – políticas, pessoais e sexuais. A criança, aqui, representa o desenvolvimento psicológico do adulto. Assim, embora exista uma narrativa de desenvolvimento, de desenvolvimento pessoal (em direção à cura e a melhores relacionamentos), significativamente isto qualifica o adulto, não a criança. Surge, portanto, a questão de saber o que isto indica sobre as agências infantis.

Até agora, portanto, os três tipos de criança na escrita de Fanon – como exemplares de ocorrências também em outros lugares, certamente – dizem respeito ao que a criança faz *pelos outros*, em vez de se preocupar com a criança ou com as próprias crianças. É apenas uma quarta criança, que eu chamei de **Criança extímica** (para mobilizar uma inflexão lacaniana), que exerce suas próprias inter(e intra-)ações interseccionais e relacionais. Esta criança está tanto dentro quanto fora do social, como a faixa de Moebius que caracteriza a imbricação do sujeito no social. É aqui que Fanon reverte, assim como reitera, os motivos dominantes da criança, com suas reversões claramente decorrentes de sua imaginação e de suas lutas revolucionárias. É apenas esta das quatro posições da criança que realmente diz respeito à posição e às ações de crianças históricas, encarnadas e específicas.

Comentários Finais

Tomei os escritos de Fanon como um possível, mas significativo, relato das crises, agências e antagonismos disponíveis para desfazer as narrativas hegemônicas sobre crianças e infância. Obviamente, há outros modelos e posições de infância que poderiam ser identificados e discutidos. No entanto, a abordagem analítica trabalha com *qual* tipo de

criança dá origem a quais posições dos elementos ao seu redor, e a *quem* as características e ações a ela atribuídas realmente qualificam, com *quais* efeitos (e afetos).

Termino salientando que há dois projetos relacionados, mas diferentes, em jogo aqui. Utilizei o *corpus* de escritos de Fanon como uma arena significativa (e de forte carga política) para a investigação de modelos ou tropos da infância. Além de, espero, promover uma atenção renovada ao trabalho de Fanon e a sua relevância para os estudos da infância, vejo isso também como um exemplo específico de um projeto mais amplo, Criança como método, que discuto no capítulo final do livro e em outros lugares (Burman, 2018, 2019b, 2019c, no prelo).

Claramente não se precisa da Criança como método para ler Fanon (embora eu espere que os estudiosos de Fanon ganhem algo com este conjunto particular de leituras). Da mesma forma, Criança como método, como uma forma de entender a infância como um diagnóstico analítico e geopolítico, estende-se a outras disciplinas e questões (ver Meiners, 2016). De fato, já estou trabalhando em outras “aplicações”, explorando seus aspectos práticos – empíricos, metodológicos e analíticos –, inclusive na cultura material e nos relatos memoriais biográficos.

Um exemplo relevante deste trabalho talvez seja o projeto das infâncias pós-socialistas (Silova et al., 2017; Burman & Millei, 2022). Sob o domínio estatal socialista, assim como no Ocidente, as crianças eram um local de intenso escrutínio, recrutamento e manipulação, embora (como é o caso também em outros lugares) a vida vivida das crianças não refletisse diretamente esses projetos de desenvolvimento político nem fosse totalmente contemplada por eles. O projeto das infâncias pós-socialistas gerou um arquivo, ou melhor, um anarquivo (já que não está organizado em formas hierárquicas convencionais para se confirmar como narrativa ou posição pré-estabelecida), um amplo recurso que documenta as lembranças adultas do crescimento nos estados comunistas⁴. Os relatos são marcados pelo presente, é claro, assim como oferecem um registro-chave narrativo do passado, e é esta interação que torna estas históriasmemórias (como estamos chamando) tão interessantes. (Talvez o contexto brasileiro pós-ditadura também ofereça um ambiente de pesquisa igualmente frutífero).

Assim, para concluir, neste artigo sugeri uma forma particular de refletir sobre como e por que psicologia, gênero e sexualidade continuam sendo narrativas-chave dominantes que governam as crianças e a infância, e com as quais as construímos, interpretamos e regulamos. Estas práticas são locais-chave de luta por e com as crianças, e também de solidariedade com elas. Tentei mostrar como modelos dominantes da infância não apenas reiteram eixos hegemônicos de poder e opressão, mas também – não obstante as noções de privilégio do

exercício da infância – destituem de poder as crianças. A próxima tarefa é forjar alianças intergeracionais conjuntas para mudarmos o mundo, juntos/as.

Referências

- Bhambra, G. K. (2007). Multiple modernities or global interconnections: Understanding the global post the colonial. In N. Karagiannis & P. Wagner (Eds.), *Varieties of world-making: Beyond globalization* (pp. 59-73). Liverpool University Press.
- Bhattacharyya, G. (2018). *Rethinking racial capitalism: Questions of reproduction and survival*. Rowman & Littlefield.
- Burman, E. (2017). *Deconstructing developmental psychology*. Routledge.
- Burman, E. (2018). Brexit, “child as method”, and the pedagogy of failure: How discourses of childhood structure the resistance of racist discourse to analysis. *Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, 40(2), 119-143. <https://doi.org/10.1080/10714413.2018.1442082>
- Burman, E. (2019a). *Fanon, education, action: Child as method*. Routledge.
- Burman, E. (2019b). Child as method: Implications for decolonising educational research. *International Studies in Sociology of Education*, 28(1), 4-26. <https://doi.org/10.1080/09620214.2017.1412266>
- Burman, E. (2019c). Found childhood as a practice of child as method. *Children's Geographies*, 20(3), 271-283. <https://doi.org/10.1080/14733285.2019.1566518>
- Burman, E. (2021). *Developments: Child, image, nation*. Routledge.
- Burman, E. (no prelo). Found objects of/as re-membering through the lens of child as method. In C. Owens, M. O. Loughlin, & L. Rothschild (Eds.), *Childhood Predicaments: Precarity, desire, loss, liminality, (im)possibility*. Lexington Books.
- Burman, E., & Millei, Z. (2022). Post-socialist geopolitical uncertainties: Researching memories of childhood with ‘child as method’. *Children & Society*, 36(5), 993-1009 <https://doi.org/10.1111/chso.12551>
- Cannella, G. S., & Viruru, R. (2004). *Childhood and postcolonization: Power, education, and contemporary practice*. Routledge.
- Chen, K. H. (2010). *Asia as method: Toward deimperialization*. Duke University Press.
- Chernilo, D. (2008). *A social theory of the nation-state: The political forms of modernity beyond methodological nationalism*. Routledge.

- Edwards, R., Gillies, V., & Horsley, N. (2016). Early intervention and evidence-based policy and practice: Framing and taming. *Social Policy and Society*, 15(1), 1-10. <https://doi.org/10.1017/S1474746415000081>
- Edwards, R., Gillies, V., & White, S. (2019). Introduction: Adverse childhood experiences (ACES) – implications and challenges. *Social Policy and Society*, 18(3), 411-414. <https://doi.org/10.1017/S1474746419000137>
- Fanon, F. (2020). *Black skin, white masks* (S. Nascimento, Trad.) UBU. (Obra original publicada em 1952)
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of the Earth* (C. Farrington, Trad.). Penguin. (Obra original publicada em 1961)
- Freud, S. (1957). On narcissism: An introduction. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud (1914-1916): On the history of the psycho-analytic movement, papers on metapsychology and other works* (Vol. 14, pp. 67-102). (Obra original publicada em 1914)
- Freud, S. (2010). "Introdução ao narcisismo". In S. Freud, *Obras completas, (1914-1916): Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, Trad. pp. 9-37). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914)
- Gill-Peterson, J. (2015). The value of the future: The child as human capital and the neoliberal labor of race. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, 43(1), 181-196. <https://doi.org/10.1353/wsq.2015.0023>
- Imoh, A. T. D., & Ame, R. (Eds.). (2012). *Childhoods at the intersection of the local and the global*. Palgrave Macmillan.
- Lee, K., & Vagle, M. (Eds.). (2010). *Developmentalism in early childhood and middle grades education: Critical conversations on readiness and responsiveness*. Springer.
- Lugones, M. (2010). Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, 25(4), 742-759. <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>
- Maldonado-Torres, N. (2007) On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Mannoni, O. (2003). I know well, but all the same (G. M. Goshgarian, trad.). In M. A. Rothenberg, D. A. Foster, & S. Žižek (Eds.). *Perversion and the social relation* (pp. 68-92). Duke University Press. (Obra original publicada em 1969)
- McClintock, A. (1995). *Imperial leather: Race, gender, and sexuality in the colonial contest*. Routledge.

- Meiners, E. R. (2016). *For the children?: Protecting innocence in a carceral state*. University of Minnesota Press.
- Mezzadra, S., & Neilson, B. (2013). *Border as method*. Duke University Press.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514. <https://doi.org/10.1080/09502380601162647>
- Millei, Z. (2011). Governing through early childhood curriculum, "the child," and "community": Ideologies of socialist Hungary and neoliberal Australia. *European Education*, 43(1), 33-55. <https://doi.org/10.2753/EUE1056-4934430103>
- Millei, Z., & Imre, R. (Eds.). (2016). *Childhood and nation: Interdisciplinary engagements*. Palgrave.
- Mitakidou, S., Tressou, E., Swadener, B., & Grant, C. (Eds.). (2009). *Beyond pedagogies of exclusion in diverse childhood contexts: Transnational challenges*. Springer.
- Moss, P. (2014). *Transformative change and real utopias in early childhood education: A story of democracy, experimentation and potentiality*. Routledge.
- Silova, I., Millei, Z., & Piattoeva, N. (2017). Interrupting the coloniality of knowledge production in comparative education: Postsocialist and postcolonial dialogues after the Cold War. *Comparative Education Review*, 61(S1), S74-S102. <https://doi.org/10.1086/690458>
- Steedman, C. (1995). *Strange dislocations: Childhood and the idea of human interiority, 1780-1930*. Virago.
- Taylor, A. (2013). *Reconfiguring the natures of childhood*. Routledge.
- Vassallo, S. (2021). *Neoliberal selfhood*. Cambridge University Press.
- Vergès, F. (2021). *A decolonial feminism*. Pluto Press.
- Walkerdine, V., & Lucey, H. (1989). *Democracy in the kitchen: Regulating mothers and socialising daughters*. Virago.
- White, S., Edwards, R., Gillies, V., & Wastell, D. (2019). All the ACEs: A chaotic concept for family policy and decision-making?. *Social Policy and Society*, 18(3), 457-466. <https://doi.org/10.1017/S147474641900006X>
- Winnicott, D. W. (1949). Hate in the counter-transference. *International journal of psychoanalysis*, 30, 69-74.

Endereço para correspondência

Erica Burman

Ellen Wilkinson Building

The University of Manchester

M13 9PL, UK

Endereço eletrônico: erica.burman@manchester.ac.uk

Recebido em: 07/02/2022

Aceito em: 03/09/2022

Notas

* Psicóloga, graduada pela University of Sussex (1981), PhD pela University of Manchester (1990), Professora em The University of Manchester, Reino Unido.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no III Colóquio Psicologia, Política e Sexualidades: crises, antagonismos e agências, organizado pelo GT Psicologia, Política e Sexualidades da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), realizado em novembro de 2021 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EBoOQ0fByg4&t=3046s>

² Ver <https://yourparentingmojo.com/captivate-podcast/ddp/>

³ Algo como “Seu charme parental”. (N. T.)

⁴ Conferir em <https://coldwarchildhoods.org/memories>

Agradecimentos: A autora agradece a Amana Mattos e Ilana Mountian por seu amplo apoio na preparação, discussão e tradução deste artigo.

Nota do tradutor: este artigo é uma versão traduzida ao português do artigo “Child as Method as a Resource to Interrogate Crises, Antagonisms and Agencies”, também publicado neste dossiê. A tradução foi realizada por Amana Rocha Mattos, Professora Associada do Instituto de Psicologia e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.